

UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS EM MATEMÁTICA NA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Fernanda Schons

*Universidade Federal da Fronteira Sul
fernanda.schons@estudante.uffs.edu.br*

Guilherme José Schons

*Universidade Federal da Fronteira Sul
guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br*

Eixo 07: Ciências Humanas

Resumo: Ao compreendermos os livros didáticos como objetos culturais complexos, situados no cruzamento de cultura, pedagogia, produção editorial e sociedade (CHOPPIN, 2002), atravessados por correlações entre saber e poder, objetivamos averiguar as ações governamentais direcionadas à produção de manuais escolares em Matemática na ditadura civil-militar brasileira. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, examinamos as principais políticas do regime nessa área, Colted e Fename, bem como inquiremos livros que circularam no período – onde percebemos normalização da subserviência e do militarismo.

Palavras-chave: Educação matemática. História. Políticas educacionais.

Introdução

O livro didático em Matemática configura-se como resultado das políticas públicas de escolarização e retrata os aspectos relacionados aos processos de desenvolvimento da educação pública no Brasil. Intrinsecamente associado ao contexto político, econômico e socioetnocultural do período em que foi produzido e consumido, constitui-se um artefato histórico e, assim, possui caráter interdisciplinar. A partir desse pressuposto, nos interessa averiguar e analisar as ações governamentais direcionadas à produção de livros didáticos durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

Ao evidenciarmos as relações entre a abordagem dos conteúdos de Matemática nas obras didáticas e um possível alinhamento à ideologia e aos padrões impostos no cenário pós-golpe, compreendemos a Educação Matemática Crítica como fator determinante na construção da cidadania e da emancipação social (SKOVSMOSE, 2013). Assim, torna-se imprescindível investigar as relações entre os recursos didático-pedagógicos disponibilizados,

o autoritarismo instaurado e o tipo de educação que se produziu no decorrer dos anos em que estivemos privados da democracia.

O livro didático em Matemática como produto da ditadura civil-militar

O golpe de 1964 instaurou no Brasil um período de ilegalidade e repressão. Nesse sentido, Choppin (2002) ressalta a indissociabilidade dos livros didáticos, seja na elaboração seja na utilização, das condições de ensino de seu tempo – sobretudo das concepções pedagógicas em que se inserem. A pedagogia tecnicista, introduzida durante a ditadura civil-militar, ao enaltecer a reprodução sistematizada, a eficiência e a produtividade, visava a preparar mão de obra adaptável às necessidades do mercado. O pensamento do historiador francês tem referência na premissa de que há, sempre, um viés ideológico a nortear nossas ações (FREIRE, 1987), o que nos leva a reconhecer a ausência de neutralidade também na abordagem conteudista nos livros didáticos e nos mantêm ancorados na perspectiva freireana com vistas a uma postura reflexiva ante os livros didáticos distribuídos nos anos da ditadura.

Ainda consoante a Choppin (2002), os livros didáticos são objetos culturais complexos, situados no cruzamento de cultura, pedagogia, produção editorial e sociedade e, desse modo, são atravessados por profundas correlações entre saber e poder. Outrossim, Bittencourt (2002) os analisa sob a tríade capitalista: compra; venda; lucro. Tal embasamento suscita estreitas relações entre governo e mercado editorial durante a ditadura por meio do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), bem como interferência estadunidense na educação brasileira neste período através da Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do Movimento Matemática Moderna.

A abordagem metodológica qualitativa norteou a pesquisa bibliográfica desenvolvida inicialmente, cuja base teórica encontra lastro na revisão de literatura das produções (artigos, monografias, dissertações, teses e livros) de autores das Humanidades com o intuito de estabelecer conexões entre o contexto da ditadura civil-militar e as múltiplas facetas e funções que se atribuem às obras didáticas. Em um segundo momento, houve esforço na inquirição documental, no sentido de examinar as políticas públicas direcionadas aos livros didáticos entre 1964 e 1985, bem como analisar as principais obras didáticas de Matemática desse período e problematizar aspectos que permitam associar a privação da democracia no panorama político à apropriação da educação pelo governo ditatorial como mecanismo de autopromoção, manutenção das desigualdades socioeconômicas e imposição ideológica.

Colted e Fename – os braços da ditadura civil-militar nos livros didáticos

De acordo com Horta (1982), os militares entendiam o planejamento educacional como forma de intervenção Estatal e, portanto, buscaram estabelecer, no sistema de escolarização, mecanismos para torná-lo um instrumento do Estado ao cumprir as funções que lhe são atribuídas. Nesse sentido, Padrós e Fernandes (2009) lembram que a economia, na ditadura, passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, privilegiando assim os setores com maior poder aquisitivo e transformando as parcelas mais carentes da população em mão de obra barata e controlada, o que intensificou a exploração do trabalho. Ou seja: sob a hegemonia de uma elite liberal burguesa, a escola técnica secundária foi definida como o lugar da distinção de classe cujo papel seria o de garantir aos membros da elite o domínio daqueles conteúdos que a distinguem do povo-massa (SAVIANI, 2008).

Com o propósito de regular e controlar tanto o acesso ao conhecimento escolar como o mercado editorial, durante a ditadura civil-militar, foram implantadas políticas públicas direcionadas especificamente aos livros didáticos, dentre as quais a Comissão do Livro Técnico e Didático (Colted) e a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename). Em 1966, foi criado o Conselho do Livro Técnico e Didático (Colted) com a atribuição de gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso. Fica evidente a dependência em relação aos Estados Unidos. A Aliança para o Progresso foi um projeto político criado por John Kennedy, no contexto da Guerra Fria, com o objetivo de disseminar ideologias anticomunistas e, sob um discurso demagogicamente humanitário, propagandear o capitalismo ocidental na América Latina através da USAID.

Menos de quatro meses depois, foi instituída a Comissão do Livro Técnico e Didático, também Colted. Com atribuições claramente políticas, deveria incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos, a Colted passa a ser um órgão controlador, com poder para intervir na produção e na abordagem dos conteúdos dos livros para que contemplassem a ideologia imposta pelos ditadores, além de intensificar a produção privada dos livros didáticos até 1971, quando fora extinta.

Segundo Munakata, a pretensão do governo militar se baseia em desempenhar uma “atitude atuante e vigilante” frente ao livro didático, podendo destarte, “participar

diretamente, quando necessário, da produção e distribuição destes materiais” (2006, p. 77), a fim de legitimar a ordem de disseminar pelas escolas uma concepção político-ideológica que se apresentasse como partidária à ditadura. A Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) foi instituída em 1967 e divulgada como um dos maiores empreendimentos da ditadura civil-militar, como uma contribuição patriótica e incentivo ao sentimento de brasilidade, em razão da divulgação de obras sobre a língua nacional, obras morais e cívicas e pela distribuição de livros escolares aos recantos mais difíceis do país (FILGUEIRAS, 2015). Até 1983, ano em que fora extinta, a Fename passou a ocupar cada vez mais o lugar de editora do Estado. Tal conjectura nos permite problematizar acerca dos meios pelos quais a ditadura civil-militar realizou um aparelhamento das políticas públicas educacionais.

A Matemática Moderna e o espectro da ditadura – repetição e sistematização

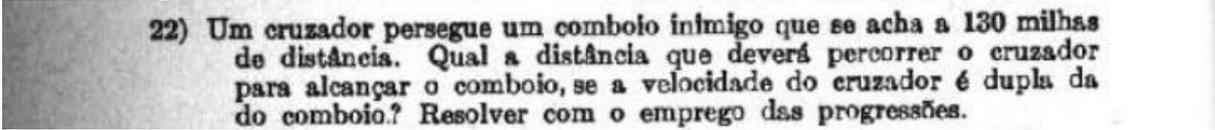
Os livros didáticos em Matemática, sob a égide da ditadura civil-militar, tornaram-se instrumentos da formação de cidadãos obedientes, aptos a resolverem de forma metódica e exaustiva longas sequências de exercícios sem contextualização. A abordagem conteudista visava a transformar professores e alunos em meros executores e receptores de projetos elaborados de forma autoritária e sem qualquer vínculo com o contexto social a que se destinavam. Quer dizer, prevalecia a educação bancária (FREIRE, 1996, p. 57).

O período que corresponde à ditadura civil-militar no Brasil é concomitante à implementação da Matemática Moderna, que tomava por base a formalidade e o rigor dos fundamentos da Teoria dos Conjuntos, produto *made in USA*, para preparar os estudantes estadunidenses para uma corrida técnico-científica contra a então URSS. Espalhou-se uma expectativa de que se inauguraria uma nova era no que diz respeito ao ensino e aprendizagem de Matemática, como era noticiado no artigo “A Matemática que ensina a pensar”, do jornal Folha de S. Paulo: “as crianças vão aprender Matemática de uma forma muito mais lógica. Elas não farão mais cálculos – uma coisa mecânica –, que ficarão para as máquinas. Aprenderão tudo por meio da lógica” (7/12/1970). Entretanto, a ênfase em estruturas abstratas revelavam-se de difícil compreensão para os alunos.

As obras didáticas costumavam abarcar Aritmética, Álgebra e Geometria. As mais emblemáticas desse período são: Matemática – Curso Moderno, de Osvaldo Sangiorgi; Cadernos MEC e Guia Metodológico para Cadernos MEC: Matemática, de Manoel Jairo Bezerra, professor do Colégio Pedro II e Curso de Matemática, também de Manoel Jairo

Bezerra, do qual reproduzimos a seguir uma questão que compõe uma bateria de quarenta e três exercícios propostos sobre Progressões Geométricas, seguidos de uma lista com as respectivas respostas, sem detalhamento ou explicações.

Figura 1 – Questão da página 60 do livro Curso de Matemática, de Manoel Jairo Bezerra



22) Um cruzador persegue um comboio inimigo que se acha a 130 milhas de distância. Qual a distância que deverá percorrer o cruzador para alcançar o comboio, se a velocidade do cruzador é dupla da do comboio? Resolver com o emprego das progressões.

Fonte: Companhia Editora Nacional, 1974, 31ª edição

Para além da abordagem sistemática e repetitiva, com viés adestrador e tecnicista, inerentes à educação no contexto militarizado, a questão que selecionamos nos permite identificar e exemplificar, através das proposições, da linguagem e das problematizações delineadas nos livros didáticos em Matemática produzidos e utilizados durante a ditadura civil-militar, a cultura da guerra. Ao manusear, ler e analisar esses livros, surgem questionamentos que nos afligem: Com que intensidade essas obras ainda estão enraizadas nas práticas educacionais? Quantos estudantes ainda estão submetidos à uma prática educacional repetitiva e sistemática que, ao prometer ensinar a pensar, obriga a obedecer? Em que proporções, Brasil afora, professores ainda elaboram – para lembrar Benjamim (1985) – suas aulas de Matemática à sombra de uma reminiscência, um passado que não passa?

Considerações Finais

Imbuídos na perspectiva de Freire (1987), no sentido de que se a educação não preconizar a prática da liberdade, corre-se o risco de replicar relações de opressão, torna-se visível a intencionalidade dos militares em relação à intensificação de políticas públicas voltadas à produção de livros didáticos, sobretudo em Matemática, simultaneamente à censura e violência: manterem-se no poder; lucrar economicamente e se fortalecer politicamente; criar uma falsa imagem desenvolvimentista a respeito do Brasil; formar trabalhadores com conhecimento técnico e capacidade de subserviência para atender aos interesses do capital – sobretudo estrangeiro. Ao encontro da óptica freireana, Goodson (1995) destaca que a seleção, a organização e a distribuição do conhecimento escolar atendem ao controle social e, portanto, à reprodução do status quo. Face a isso, ficam salientes as relações de complementaridade entre a truculência política e a efervescência do mercado editorial de livros escolares na ditadura civil-militar.

Tal conjectura deflagra as complexas relações de poder pelas quais os livros didáticos em Matemática foram atravessados sob a égide da ditadura civil-militar. Qualquer que seja o período histórico, os livros didáticos ultrapassam a condição de transmissores de determinadas ideologias ou de mercadorias e assumem o papel de produtores de conhecimento sob as influências que os perpassam. Entretanto, em governos ditatoriais, o contexto antidemocrático é contraproducente à ruptura dos liames de opressão que impregnam as subjetividades inerentes à normalização da subserviência, do militarismo e do pseudonacionalismo como forma de atender aos interesses do capital e da ordem hegemônica.

Referências

- A MATEMÁTICA que ensina a pensar. **Folha de S. Paulo**, 07 dez. 1970.
- BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 222-232.
- BEZERRA, Manoel Jairo. **Curso de Matemática**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 69-148.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da educação**, Pelotas, v. 1, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.
- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 85-102, abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/44800>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOODSON, Ivor F. História do currículo, profissionalização e organização social do conhecimento: paradigma para a história da educação. In: GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 116-140.
- HORTA, José Silvério Baia. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.
- MUNAKATA, Kazumi. **A política do livro didático no regime militar: da campanha do livro didático e manuais de ensino (Caldeme) à Comissão do Livro Técnico e Didático (Colted) e à Fundação Nacional de Material Escolar (Fename)**. Relatório técnico, CNPq, 2006.
- PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. **Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande Do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, jan. 2009.
- SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.